



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Identificação do processo: **26.631/2010-8**
- 1.2. Unidade Requisitante: **Divisão Administrativa do Fórum Autran Nunes (DAFAN)**

### 2. OBJETO

- 2.1. Contratação de empresa para execução dos **SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MELHORIA DO COMPLEXO DO FÓRUM AUTRAN NUNES**, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
- 2.2. JUSTIFICATIVA: **É função do Estado promover a manutenção de seus edifícios para propiciar segurança e conforto a todos que deles fazem uso, bem como zelar pela imagem da Justiça.** O objeto se trata de fornecimento de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º, da lei nº 10.520 c/c o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto 3.555/00 e parágrafo primeiro do artigo 2º do Decreto 5.450/05.

### 3. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

- 3.1. Todas as especificações técnicas referentes aos serviços se encontram em documentos anexos.

### 4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Serão exigidos os seguintes documentos para habilitação:
  - 4.1.1. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
  - 4.1.2. Certidão de Acervo Técnico, fornecida pelo CREA, ou atestado devidamente registrado no referido Conselho, em nome do responsável(is) técnico(s) indicado(s) pelo licitante, em que se comprove a execução **estruturas de concreto simples e armado, estruturas metálicas (montagem e soldagem), revestimentos de argamassa, pisos cimentados, pinturas, impermeabilização e corte de piso;**
  - 4.1.3. Comprovação do vínculo do licitante com o(s) profissional(is) indicado(s) no subitem acima;
  - 4.1.4. A empresa interessada **deverá** visitar o local da execução dos serviços a fim de conhecer o objeto e preencher a Declaração de Vistoria (Anexo III). Tal exigência se deve à natureza dos serviços técnicos da reforma proposta. Alguns itens possuem complexidade e especificidades que devem ser compreendidas de modo que todas as dúvidas acerca do projeto básico sejam dirimidas.
- 4.2. DO PREÇO: No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, contribuições e outras que se fizerem necessárias à plena e



completa execução do objeto, inclusive a mobilização para a execução dos serviços.

4.3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: **quarenta e cinco dias corridos**. Prazo contado do recebimento, pela contratante, da Ordem de Serviço a ser emitida pelo representante da Divisão de Engenharia deste Tribunal.

4.4. LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Os serviços serão executados **no Fórum Autran Nunes e em seu anexo, Edifício Dom Helder Câmara**, localizados à **Av. Duque de Caxias, nº 1150 e Av. Tristão Gonçalves, nº 912, respectivamente, ambos em Fortaleza, CE**. Os serviços de **demolição, retiradas e pinturas** deverão ser realizados em dias e horários pré-estabelecidos pela fiscalização; o horário normal dos serviços será de segunda a sexta das 7h30min às 18h30min; os serviços poderão ser realizados nos finais de semana, desde que haja autorização emitida pela Divisão de Engenharia juntamente com a Divisão de Segurança e Transporte deste Tribunal.

4.4.1. Fica vedada a subcontratação dos serviços, integrantes do objeto deste termo, no todo ou em parte.

4.5. PRAZOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS: Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a. PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da contratada;

b. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até trinta dias contados do recebimento provisório, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

4.5.1. Havendo pendência durante a vistoria, será necessária nova comunicação escrita da contratada, depois de solucionadas todas as falhas apontadas pela fiscalização. Os serviços serão considerados concluídos na data da última comunicação escrita da contratada, desde que não relacionadas pendências pela fiscalização.

4.5.2. O recebimento definitivo da obra não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente.

4.6. FORMA DE PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em parcelas correspondentes às medições, conforme a execução dos serviços, na conta bancária fornecida pela empresa, em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS/CEF). As medições terão periodicidades mínimas de 30 (trinta) dias, com exceção da última medição que será realizada quando da conclusão dos serviços.

4.6.1. O pagamento referente à última medição ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos serviços.

## 5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A fiscalização do contrato caberá ao chefe do Setor de Fiscalização de Obras e Serviços. Nos impedimentos e/ou afastamentos legais do fiscal titular, suas funções



serão desempenhadas pelo seu substituto designado através de Portaria expedida pelo Presidente deste Tribunal.

- 5.2. A Administração poderá designar outro fiscal, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.
- 5.3. Ao fiscal do contrato competirá administrar a execução do mesmo, atestar a respectiva Nota Fiscal para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser comunicadas, pelo Fiscal do contrato, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para a adoção das medidas que esta julgar convenientes. A ação de fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.
- 5.4. As informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada poderão ser obtidos através dos telefones **(85) 3388-9453 ou (85) 3388-9465**.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1. Empregar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;
- 6.2. Atender ao chamado do contratante para recebimento da Ordem de Serviço no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da convocação, por escrito;
- 6.3. São condições para iniciar os serviços: a apresentação da "Ordem de Serviço" devidamente preenchida e assinada pelo Fiscal do Contrato e a entrega da ART referente ao mesmo, devidamente registrada no CREA;
- 6.4. Manter, durante toda a execução do contrato, Diário de Obra/Livro de Ocorrências para os registros cabíveis.
- 6.5. Entregar o serviço nas quantidades, forma, prazo e locais estabelecidos neste Termo de Referência e Anexos;
- 6.6. Entregar o local destinado à instalação dos serviços devidamente limpo, livre de resíduos e com os reparos necessários;
- 6.7. Fornecer, previamente, à fiscalização do contrato, a relação de funcionários que executarão os serviços, acompanhada do respectivo número de documento de identificação;
- 6.8. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 6.9. Cientificar, imediatamente e por escrito, a execução dos serviços, para que seja efetivado o recebimento provisório;
- 6.10. Responder por perdas e danos que vier, comprovadamente, a causar ao contratante ou a terceiros, em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou prepostos.



- 6.11. Fornecer os materiais e/ou equipamentos, bem como mão-de-obra necessária à execução dos serviços;
- 6.12. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que forem devidas e resultantes da execução dos serviços;
- 6.13. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 6.14. Não executar, sem devida autorização, por escrito, pelo fiscal do contrato, os serviços decorrentes de fatores não previstos ou somente evidenciados durante o transcorrer dos mesmos;
- 6.15. Apresentar ao fiscal do contrato os materiais que, eventualmente, possam ser reaproveitados pela administração em outros serviços;
- 6.16. Responsabilizar-se pela guarda do material utilizado na execução dos serviços, não recaindo sobre o contratante qualquer responsabilidade por perdas, danos, extravios etc.;
- 6.17. Aceitar os acréscimos ou supressões sobre o objeto do Contrato, nos limites da Lei nº 8.666/93.

## **7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 7.1. Emitir a Nota de Empenho e a Ordem de Serviço;
- 7.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;
- 7.3. Atestar a nota fiscal/fatura para efeito de pagamento;
- 7.4. Efetuar o pagamento à contratada nas condições e preços pactuados;
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, cabendo registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades.

## **8. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 8.1. O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço ou na execução do contrato sujeitará o Contratado à multa de mora, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do contrato;
- 8.2. Além da sanção prevista no item 8.1, a contratada poderá incorrer nas seguintes penalidades:
  - a. ADVERTÊNCIA;
  - b. MULTA, no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;
  - c. MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total;



- d. **MULTA**, no percentual de até 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual;
- 8.3. A contratada estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada.
- 8.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.
- 8.5. A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.
- 8.6. As penalidades previstas neste Termo de Referência poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, aplicando-se o princípio da proporcionalidade, em razão de circunstância fundamentadas em fatos reais e comprovados.

## **9. DA GARANTIA DO SERVIÇO**

- 9.1. No mínimo, seis meses anos, para acabamentos, e cinco anos para revestimentos, calhas de drenagem, elementos de concreto e estruturas metálicas, contados do recebimento definitivo.

## **10. VALOR ESTIMADO TOTAL DAS DESPESAS**

**R\$ 93.840,20** (noventa e três mil, oitocentos e quarenta reais e vinte centavos).

## **11. DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO**

- 11.1. Não haverá impacto orçamentário nos exercícios subseqüentes.

Fortaleza, 28 de janeiro de 2011

**Engº ADRIANO DUARTE VIEIRA**  
Analista Judiciário TRT 7ª Região

**Engº RENATO ALVES MEES**  
Analista Judiciário TRT 7ª Região



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente documento objetiva a contratação de empresa de Engenharia para execução dos **SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E MELHORIA DO COMPLEXO DO FÓRUM AUTRAN NUNES**. Os serviços serão executados no Fórum Autran Nunes e em seu anexo, Edifício Dom Helder Câmara, localizados à Av. Duque de Caxias, nº 1150 e Av. Tristão Gonçalves, nº 912, respectivamente, ambos em Fortaleza, CE.
- 1.2. Este documento estabelecerá as normas específicas para os serviços a serem executados, devendo ser entendidas como complementares aos desenhos de execução e demais documentos contratuais. Nessas normas serão discriminados a caracterização técnica, as especificações de serviços/materiais, os memoriais descritivos, os procedimentos de execução, os fabricantes de referência, bem como as condições de fornecimento e aplicação dos materiais especificados.
- 1.3. A recuperação compreende a execução dos seguintes serviços: a) Antiga Sede do Fórum Autran Nunes: recuperação das pinturas de paredes externas, calçadas, grades, rampa e escada de acesso, corrimãos tubulares metálicos e elementos de concreto armado deteriorados; b) Edifício Dom Helder Câmara: instalação de calhas de drenagem pluvial no hall de entrada no pavimento térreo, recuperação de rebocos e pinturas de paredes internas (circulações comuns e caixa de escada) e externas. Vide **Relatório Fotográfico** em anexo.

#### 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para efeito das presentes Especificações, o termo CONTRATADO define o proponente vencedor do certame licitatório, a quem será adjudicada a obra, e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representa o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região perante o CONTRATADO e a quem este último dever-se-á reportar, e o termo CONTRATANTE define o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT.
- 2.2. Conforme procedimentos adotados pelo próprio TCU (Edital 92/10), é obrigatória a vistoria dos locais onde serão prestados os serviços, por representante legal devidamente qualificado para esse fim, para que se tenha um melhor conhecimento do escopo das readaptações exigidas. As "condições locais" (inc. III, art. 30, lei 8.666/93) só poderão ser conhecidas através de uma visita *in loco*.
- 2.3. A visita para realização de vistoria ao local onde serão realizados os serviços de engenharia deverá ser previamente agendada pelos telefones (85) 3388-9453 e (85) 3388-9465, das 7:30 às 14:30 horas, até o último dia útil anterior ao da apresentação das propostas. A vistoria deverá ser realizada por engenheiro civil, arquiteto ou técnico de edificações, devidamente registrado no CREA e autorizado pelo responsável técnico indicado pela empresa para os serviços, caso não seja ele mesmo que participe da vistoria.
- 2.4. A visita, segundo o TCU, tem como objetivo a análise do local em que serão realizados os serviços, para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelos licitantes.
- 2.5. Os materiais a serem empregados, as obras e os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:



- a. às normas e especificações constantes deste documento;
  - b. às normas da ABNT;
  - c. às disposições legais da União e do Governo do Estado do Ceará;
  - d. aos regulamentos das empresas concessionárias;
  - e. às prescrições e recomendações dos fabricantes;
  - f. às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
  - g. às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
  - h. às práticas da Secretaria de Administração e Patrimônio (SEAP): Projetos, construção e manutenção;
  - i. às qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H).
- 2.6. Quaisquer dos itens mencionados no presente caderno e não incluídos nos desenhos de execução dos projetos, ou vice-versa, terão a mesma significação como se figurassem em ambos, sendo a execução de responsabilidade do CONTRATADO.
- 2.7. Os casos não abordados serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.
- 2.8. O CONTRATADO fornecerá as máquinas, os equipamentos, as ferramentas, os materiais, a mão de obra (inclusive os encargos sociais), os insumos, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção dos serviços, sejam elas definitivas ou temporárias. Os custos relativos a esses itens deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários ou no BDI.
- 2.9. Também serão de responsabilidade do CONTRATADO todos os impostos, taxas, emolumentos, alvarás e encargos necessários à execução dos serviços. Salvo quando devidamente justificado em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.
- 2.10. Após a celebração do contrato, não será levada em conta reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta do CONTRATADO, salvo motivo devidamente justificado.
- 2.11. Os equipamentos que o CONTRATADO levar para o local da obra, ou as instalações por ele executadas e destinadas ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da FISCALIZAÇÃO.
- 2.12. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeira qualidade e primeiro uso, atendendo rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT.
- 2.13. O CONTRATADO deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com o cronograma. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.



- 2.14. As marcas e produtos indicados nas plantas, especificações e listas de material admitem o similar se devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceito pela FISCALIZAÇÃO.
- 2.15. A similaridade indicada relaciona-se ao atendimento dos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.
- 2.16. A similaridade<sup>1</sup> será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação de amostras, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para o CONTRATADO. Os materiais que não atenderem às especificações não poderão ser estocados no Tribunal.
- 2.17. A remoção de todo entulho para fora dos locais de tratamento e para local permitido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza será feita pelo CONTRATADO, a seu ônus.
- 2.18. Os materiais inflamáveis só poderão ser depositados em áreas autorizadas pela FISCALIZAÇÃO, devendo o CONTRATADO providenciar, para estas áreas, os dispositivos de proteção contra incêndios determinados pelos órgãos competentes.
- 2.19. O CONTRATADO deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.
- 2.20. O CONTRATADO será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telégrafo ou telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do TRT e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando as em conformidade como o seu estado original.
- 2.21. No caso em que o CONTRATADO venha, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las, deixando as em conformidade como o seu estado original.
- 2.22. Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos trabalhos contratados, pelo uso indevido de patentes registradas, e pela destruição ou danificação dos serviços em construção até sua definitiva aceitação.
- 2.23. As normas de segurança constantes destas especificações não desobrigam o CONTRATADO do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

---

<sup>1</sup> SIMILARIDADE, segundo o TCU, significa o atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade, de ergonomia. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação de amostras, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados, com ônus para o CONTRATADO.





- 2.24. O CONTRATADO cuidará para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente ao TRT.
- 2.25. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pelo CONTRATADO serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária por parte do Tribunal.
- 2.26. Cumpre ao CONTRATADO providenciar o pessoal habilitado necessário para a execução dos trabalhos até o cumprimento integral do contrato.
- 2.27. O início dos serviços está condicionado à apresentação da respectiva ART. A apresentação da ART deve ser feita em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser aplicada multa em caso de atraso não justificado. Os representantes da FISCALIZAÇÃO nos locais dos trabalhos darão suas instruções diretamente ao Engenheiro responsável do CONTRATADO ou seu preposto.
- 2.28. A equipe técnica do CONTRATADO responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.
- 2.29. A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de membro da equipe técnica do CONTRATADO, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.
- 2.30. A FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados, no entanto, quando for necessário o acesso às dependências do CONTRATADO, deverá haver autorização do representante da empresa.
- 2.31. O CONTRATADO interromperá, total ou parcialmente, a execução dos trabalhos sempre que:
- a. assim estiver previsto e determinado no contrato;
  - b. for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato e de acordo com o projeto;
  - c. houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
  - d. houver alguma falta cometida pelo CONTRATADO, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
  - e. a FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário da Obra.
- 2.32. O CONTRATADO deverá providenciar **Diário de Obra**, dotado de páginas numeradas e em três vias, duas descartáveis, onde serão registradas todas as atividades, ocorrências e demais fatos relevantes relativos aos serviços.
- 2.33. Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo obrigatória a **vistoria** dos locais dos serviços, executando todos os



levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais, em regra, não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços.

- 2.34. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO pretender cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.
- 2.35. O licitante deverá considerar em seu orçamento, se necessário, conforme o tipo e porte da obra/serviço, a instalação de um canteiro de obras com área para a administração e instalações sanitárias suficientes ao atendimento dos seus funcionários.
- 2.36. As presentes Especificações Técnicas, juntamente com os desenhos, planilhas de preços, critérios de medição, cronograma físico e respectivos detalhes e complementos serão parte integrante do edital e seus anexos.
- 2.37. Se, para facilitar seus trabalhos, o CONTRATADO necessitar elaborar desenhos de execução, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da FISCALIZAÇÃO.
- 2.38. Para os serviços objetos destas especificações e projetos, caberá ao CONTRATADO fornecer e conservar equipamento mecânico e ferramental necessários, usar mão de obra idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados, que assegurem progresso satisfatório aos serviços e bem assim obter materiais necessários em quantidade suficiente para a conclusão dos serviços no prazo fixado.
- 2.39. A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou subempreiteiros.
- 2.40. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, o CONTRATADO deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO autorização para tais deslocamentos e modificações.
- 2.41. Todo o transporte vertical e horizontal de materiais e equipamentos ficará a cargo do CONTRATADO.
- 2.42. Não será permitida a presença de funcionários do CONTRATADO em área do edifício sede que não seja imediata do trabalho e, ainda, em qualquer local do edifício sede fora do horário de trabalho.
- 2.43. O CONTRATADO deverá, antes de iniciar seus trabalhos, encaminhar à FISCALIZAÇÃO relação nominal de todos os seus funcionários que trabalharão nas dependências do Tribunal. Em nenhuma hipótese será permitido o acesso de funcionários não incluídos em tal relação. Sempre que houver necessidade, a atualização da mencionada lista de nomes deverá ser formalmente providenciada junto à FISCALIZAÇÃO.



- 2.44. O CONTRATADO deverá atentar para o fato de que os serviços deverão ser executados de forma a não prejudicar o funcionamento normal do Tribunal. Dessa forma, o CONTRATADO deverá elaborar um planejamento detalhado de suas atividades. Antes do início dos trabalhos, o planejamento elaborado pelo CONTRATADO deverá ser submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO. A aprovação de tal planejamento não exime o CONTRATADO da responsabilidade pelo correto andamento dos trabalhos no Tribunal, durante a realização dos serviços.

### **3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

#### **MATERIAIS**

- 3.1. Todo o material estará sujeito a ensaios antes de entrar na obra, ou após seu depósito, em tempo hábil para início da execução, sem comprometimento do cronograma.
- 3.2. A critério da FISCALIZAÇÃO, e sempre que julgar conveniente, serão retiradas amostras de campo para ensaios em laboratórios com finalidade de corroborar os critérios de desempenho mínimos exigidos nesse Edital ou em norma.
- 3.3. Não será admitida a utilização de produtos de diferentes fabricantes numa mesma área de aplicação. A substituição de produtos especificados durante a execução dos serviços deverá ser comunicada antecipadamente à FISCALIZAÇÃO para sua avaliação e aprovação, mesmo estando esses produtos em conformidade com a especificação. Nesse caso adotar-se-á o mesmo procedimento de aprovação dos materiais descrito nessas Especificações Técnicas, subitens 3.8 e 3.9, sem ônus para o CONTRATANTE.
- 3.4. Os serviços executados em desacordo com as indicações de projeto e recomendações do fabricante, e que a FISCALIZAÇÃO julgue comprometer o desempenho do sistema, serão de pronto recusados e não considerados para fins de medição, enquanto permanecer a sua incorreção.

#### **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 3.5. Caberá ao CONTRATADO realizar os serviços de readequação dos elementos supracitados de modo a solucionar os problemas existentes e promover a manutenção de todos os sistemas, incluindo fornecimento de materiais e todos os acessórios necessários para a execução dos serviços.
- 3.6. Durante a execução dos serviços será vedado o tráfego de pessoas, materiais e equipamentos estranhos aos serviços de readequação.

#### **AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS**

- 3.7. A FISCALIZAÇÃO autorizará o início dos serviços após a aprovação dos produtos depositados a serem utilizados, mediante comprovação de conformidade com as especificações contidas no edital, com as normas regulamentadoras e levantamento das condições das áreas do Tribunal que sofrerão as readequações, que deverão ser apresentadas em tempo hábil de serem examinados e aprovados, sem prejuízo do cronograma de obra.
- 3.8. O CONTRATADO submeterá à FISCALIZAÇÃO relação dos produtos a serem utilizados em cada etapa, seus fabricantes, termos de garantia, bem como o seu plano de execução.



#### **4. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

##### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

- 4.1. Os preços unitários a serem propostos pelo licitante deverão englobar, para todos os itens da planilha, os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra (postos), aluguel de todas as máquinas, equipamentos e ferramentas necessários à correta execução dos serviços, inclusive de terceiros, ainda que não discriminados, encargos sociais da mão de obra, bem como quaisquer perdas de material – devidas a recortes ou sobreposições, por exemplo – já que as medições serão realizadas pelas quantidades efetivamente executadas. Os materiais cotados deverão seguir rigorosamente as especificações.
- 4.2. Para cada item da planilha, o preço unitário proposto deverá considerar a execução completa do serviço correspondente, de acordo com as normas técnicas pertinentes, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a execução dos serviços de forma parcial ou em desacordo com os projetos ou com as especificações técnicas, sob o argumento de não ter sido considerado o custo relativo a qualquer parcela necessária à completa e à correta execução do mesmo. Também não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários por parte do licitante, ainda que tenha executado correta e completamente os serviços, sob a alegação de não ter considerado a incidência de quaisquer custos além daqueles discriminados na planilha de quantidades e preços.
- 4.3. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre todas as etapas dos serviços, ainda que não explicitados na planilha, além do lucro do licitante.
- 4.4. Como regra geral, as medições serão realizadas mensalmente considerando somente os serviços efetivamente concluídos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO. Serão considerados os quantitativos efetivamente executados não cabendo alegações de falhas construtivas para justificar diferenças entre as dimensões inicialmente projetadas e as executadas uma vez que tais ocorrências deverão ser consideradas nos coeficientes das composições de preços unitários.
- 4.5. O levantamento dos quantitativos efetivamente executados será feito no local, obtendo-se as quantidades por medição direta do serviço executado. Na impossibilidade de se efetuar uma medição direta, será procedida medição por métodos indiretos, ou ainda, levantadas as quantidades através dos elementos constitutivos do projeto.
- 4.6. Os pagamentos serão realizados com base nos quantitativos medidos, considerando os preços unitários propostos pelo CONTRATADO.
- 4.7. Após aprovada a medição pela FISCALIZAÇÃO e para que o Tribunal possa efetuar o pagamento, nos termos do edital e do contrato, poderá o CONTRATADO emitir e apresentar a respectiva nota fiscal, devidamente acompanhada dos documentos pertinentes, definidos pela FISCALIZAÇÃO.



## REGRA GERAL DE MEDIÇÃO

- 4.8. Os licitantes deverão considerar, em seus custos unitários, todas as despesas em que deverão incorrer para realização dos serviços de forma a atender às determinações contidas nas presentes especificações e no projeto, de maneira satisfatória, em termos de prazo e de qualidade.
- 4.9. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários à consecução do objeto da presente licitação de forma integral, diretos e indiretos, impostos e taxas inclusos, incidentes sobre todas as etapas do serviço, além do lucro do licitante.
- 4.10. Perdas, quebras de peças do piso, ineficiência de mão de obra e outros, deverão ser considerados na composição de custos unitários, não sendo, em hipótese alguma, considerados na medição.
- 12.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:
- a. PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da contratada;
  - b. DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até trinta dias contados do recebimento provisório, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 4.11. Cada medição somente será liberada se **todos** os itens realizados no período de medição estiverem concluídos satisfatoriamente. Entendem-se como serviços concluídos satisfatoriamente aqueles formalmente aprovados pela FISCALIZAÇÃO, dentro do prazo estipulado.

## 5. ITENS DE SERVIÇO

### 5.1. ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

O CONTRATADO se obriga a manter no local do serviço, além do Diário de Obra, um conjunto de todas as peças que compõem o Projeto Básico/Executivo de Engenharia a fim de permitir uma perfeita fiscalização.

Os serviços deverão ser acompanhados por Engenheiro Civil (permanência mínima de 2 horas em média por dia útil) e Encarregado Geral (8 horas por dia útil, em média). O custo unitário previsto na planilha orçamentária representa o valor máximo mensal a ser reembolsado por este Tribunal, mediante comprovação do contratado.

Todos os serviços deverão ser realizados de forma a não interferir no funcionamento normal dos trabalhos nem acarretar transtorno às atividades do Tribunal.

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) deverá ser paga de acordo com a tabela de valores especificados de CREA.



## 5.2. VALE-ALIMENTAÇÃO E VALE-TRANSPORTE

O pagamento desse item ocorrerá por meio de reembolso mediante comprovação das despesas da empresa com vale-alimentação e transporte, limitado ao valor máximo mensal previsto na planilha orçamentária.

Os custos de vale-alimentação e vale-transporte para os funcionários de empresas subcontratadas não serão reembolsados, uma vez que é de praxe no mercado que tais custos estejam embutidos no custo dos serviços subcontratados.

O custo unitário previsto na planilha orçamentária representa o valor máximo mensal a ser reembolsado pelo Tribunal, mediante comprovação do CONTRATADO.

## 5.3. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Deverá ser instalada placa indicativa de obra/serviço de 3,00m<sup>2</sup> (2,00m x 1,50m), no local indicado pela FISCALIZAÇÃO, com informações gerais do contrato, conforme a composição apresentada na planilha orçamentária e com o modelo de placa apresentado em anexo.

## 5.4. DEMOLIÇÕES COMUNS

A demolição do concreto armado da escada de acesso principal à antiga sede do Fórum Autran Nunes deverá ser executada de forma cuidadosa de modo a conservar os corrimãos metálicos existentes que serão reaproveitados.

Os danos a quaisquer peças, elementos construtivos ou objetos que devam ser recolocados nos locais de origem após a execução de serviços que demandem sua retirada são de inteira responsabilidade do CONTRATADO, ficando este, em caso de avarias, responsável pela reposição de idêntica peça, elemento ou objeto, respeitando marca, modelo, cores, composição química e dimensões originais.

Antes do início dos serviços o CONTRATADO procederá a um detalhado exame e levantamento dos elementos que serão demolidos ou removidos.

O entulho proveniente da demolição deverá ser removido, a expensas do CONTRATADO, para local definido por órgão competente da cidade de Fortaleza.

As demolições serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica. Serão executadas manual e progressivamente, utilizando-se ferramentas portáteis, tomando-se os devidos cuidados de forma a se evitarem danos a terceiros, aos bens públicos e aos materiais e equipamentos a serem reaproveitados.

## 5.5. ATERRO COMPACTADO (ESCADA DE ACESSO)

O lançamento do material para a construção do aterro da escada de acesso à antiga sede do Fórum Autran Nunes deve ser efetuado em camadas sucessivas, em toda a seção transversal e em extensões tais que permitam as operações necessárias à compactação. A espessura das camadas não deverão ultrapassar a 20cm. Estas deverão ser apiloadas manualmente.

## 5.6. ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO (ESCADA DE ACESSO)

Os tijolos maciços a serem empregados deverão respeitar as condições prescritas em norma específica da ABNT (NBR 8545, 8041 e 7071) no tocante às dimensões, tipos e propriedades físicas e mecânicas.

Deverão ser assegurados o nivelamento, a perpendicularidade, o prumo e a espessura das juntas, porque eles servirão de gabarito para a construção em si. As juntas não deverão coincidir entre fiadas contínuas, de modo a garantir a amarração dos tijolos.

#### 5.7. EXECUÇÃO DE PISO DE CONCRETO COM TELA DE AÇO (ESCADA DO ACESSO PRINCIPAL)

Os serviços em concreto armado serão executados em estrita observância às disposições do projeto executivo da escada em anexo. Deverão ser seguidas as Normas Brasileiras específicas, em sua edição mais recente.

Nenhum conjunto de elementos estruturais poderá ser concretado sem a prévia e minuciosa verificação, por parte do CONTRATADO e da Fiscalização, das fôrmas e armaduras.

Sempre que a Fiscalização tiver dúvida a respeito da estabilidade dos elementos da estrutura, poderá solicitar provas de carga para avaliar a qualidade da resistência das peças. O concreto a ser utilizado nas peças terá resistência ( $f_{ck}$ ) indicada no projeto.

Será exigido o emprego de material de qualidade uniforme, correta utilização dos agregados graúdos e miúdos, conforme as dimensões das peças a serem concretadas. A fixação do fator água-cimento deverá considerar a resistência, a trabalhabilidade e a durabilidade do concreto, bem como as dimensões e acabamento das peças.

No caso do concreto aparente, este fator deverá ser o menor possível, a fim de garantir a plasticidade suficiente para o adensamento, utilizando-se aditivos plastificantes aprovados pela Fiscalização, de forma a evitar a segregação dos componentes.

A proporção dos vários materiais usados na composição da mistura será determinada pelo CONTRATADO em função da pesquisa dos agregados, da granulometria mais adequada e da correta relação água-cimento, de modo a assegurar uma mistura plástica e trabalhável. Deverá ser observado o disposto nos itens 8.2, 8.3 e 8.4 da Norma NBR 6118.

A quantidade de água usada no concreto será regulada para se ajustar às variações de umidade nos agregados, no momento de sua utilização na execução dos serviços. A utilização de aditivos aceleradores de pega, plastificantes, incorporadores de ar e impermeabilizantes poderá ser proposta pelo CONTRATADO e submetida à aprovação da Fiscalização, em consonância com o projeto estrutural. Será vedado o uso de aditivos que contenham cloreto de cálcio.

Cimentos especiais, como os de alta resistência inicial, somente poderão ser utilizados com autorização da Fiscalização, cabendo à Contratada apresentar a documentação e justificativa da utilização. Deverão ser exigidos testes no caso de emprego de cimento de alto-forno e outros cimentos especiais.

O concreto será transportado até às fôrmas no menor intervalo de tempo possível. Os meios de transporte deverão assegurar o tempo mínimo de transporte, a fim de evitar a segregação dos agregados ou uma variação na trabalhabilidade da mistura. O tráfego de pessoas e equipamentos no local da concretagem deverá ser disciplinado através de tábuas e passarelas. Deverá ser obedecido o disposto no item 13.1 da Norma NBR 6118.

O concreto somente será lançado depois que todo o trabalho de fôrmas, instalação de peças embutidas e preparação das superfícies seja inteiramente concluído e aprovado pela Fiscalização. Todas as superfícies e peças embutidas que tenham sido incrustadas com argamassa proveniente de concretagem deverão ser limpas antes que o concreto adjacente ou de envolvimento seja lançado. Especiais cuidados serão tomados na limpeza

das fôrmas com ar comprimido ou equipamentos manuais, especialmente em pontos baixos, onde a Fiscalização poderá exigir a abertura de furos ou janelas para remoção da sujeira. O concreto deverá ser depositado nas fôrmas, tanto quanto possível e praticável, diretamente em sua posição final, e não deverá fluir de maneira a provocar sua segregação.

O lançamento será contínuo e conduzido de forma a não haver interrupções superiores ao tempo de pega do concreto. Uma vez iniciada a concretagem de um lance, a operação deverá ser contínua e somente terminada nas juntas de concretagem preestabelecidas. A operação de lançamento também deverá ser realizada de modo a minimizar o efeito de retração inicial do concreto. Cada camada de concreto deverá ser consolidada até o máximo praticável em termos de densidade. Deverão ser evitados vazios ou ninhos, de tal forma que o concreto seja perfeitamente confinado junto às fôrmas e peças embutidas.

Durante e imediatamente após o lançamento, o concreto deverá ser vibrado ou socado continuamente com equipamento adequado à sua trabalhabilidade. O adensamento será executado de modo a que o concreto preencha todos os vazios das fôrmas. Durante o adensamento, deverão ser tomadas as precauções necessárias para que não se formem ninhos ou haja segregação dos materiais. Dever-se-á evitar a vibração da armadura para que não se formem vazios em seu redor, com prejuízo da aderência.

Será cuidadosamente executada a cura de todas as superfícies expostas com o objetivo de impedir a perda de água destinada à hidratação do cimento. Durante o período de endurecimento do concreto, as superfícies deverão ser protegidas contra chuvas, secagem, mudanças bruscas de temperatura, choques e vibrações que possam produzir fissuras ou prejudicar a aderência com a armadura.

Para impedir a secagem prematura, as superfícies de concreto serão abundantemente umedecidas com água durante pelo menos 3 dias após o lançamento. Como alternativa, poderá ser aplicado um agente químico de cura, para que a superfície seja protegida com a formação de uma película impermeável. Todo o concreto não protegido por fôrmas e todo aquele já desformado deverá ser curado imediatamente após ter endurecido o suficiente para evitar danos nas superfícies. O método de cura dependerá das condições no campo e do tipo de estrutura.

A cura adequada também será fator relevante para a redução da permeabilidade e dos efeitos da retração do concreto, fatores essenciais para a garantia da durabilidade da estrutura.

No caso de falhas nas peças concretadas, serão providenciadas medidas corretivas, compreendendo demolição, remoção do material demolido e recomposição com emprego de materiais adequados, a serem aprovados pela Fiscalização. Registrando-se graves defeitos, deverá ser ouvido o autor do projeto.

A Contratada deverá fornecer, cortar, dobrar e posicionar todas as armaduras de aço, incluindo estribos, fixadores, arames, amarrações e barras de ancoragem, travas, emendas por superposição ou solda, e tudo o mais que for necessário à execução desses serviços, de acordo com as indicações do projeto e orientação da Fiscalização.

As fôrmas e seus escoramentos deverão ter suficiente resistência para que as deformações, devido à ação das cargas atuantes e das variações de temperatura e umidade, sejam desprezíveis. As fôrmas serão construídas de forma a respeitar as dimensões, alinhamentos e contornos indicados no projeto.

No caso de concreto aparente, as fôrmas deverão ser executadas de modo a que o concreto apresente a textura e a marcação das juntas exigidas pelo projeto arquitetônico





adequado ao plano de concretagem. Os painéis serão perfeitamente limpos e deverão receber aplicação de desmoldante, não sendo permitida a utilização de óleo. Deverá ser garantida a estanqueidade das fôrmas, de modo a não permitir a fuga de nata de cimento. Toda vedação das fôrmas será garantida por meio de justaposição das peças, evitando o artifício da calafetagem com papéis, estopa e outros materiais.

Qualquer armadura terá cobertura de concreto nunca menor que as espessuras prescritas no projeto e na Norma NBR 6118. Para garantia do cobertura mínimo preconizado em projeto, serão utilizados distanciadores de plástico ou pastilhas de concreto com espessuras iguais ao cobertura previsto. A resistência do concreto das pastilhas deverá ser igual ou superior à do concreto das peças às quais serão incorporadas. As pastilhas serão providas de arames de fixação nas armaduras.

As barras de aço deverão ser convenientemente limpas de qualquer substância prejudicial à aderência, retirando as camadas eventualmente agredidas por oxidação. A limpeza da armação deverá ser feita fora das respectivas fôrmas. Quando realizada em armaduras já montadas em fôrmas, será executada de modo a garantir que os materiais provenientes da limpeza não permaneçam retidos nas fôrmas.

O corte das barras será realizado sempre a frio, vedada a utilização de maçarico.

O dobramento das barras, inclusive para ganchos, deverá ser realizado com os raios de curvatura previstos no projeto, respeitados os mínimos estabelecidos nos itens 6.3.4.1 e 6.3.4.2 da Norma NBR 6118. As barras de aço serão sempre dobradas a frio. As barras não poderão ser dobradas junto às emendas com solda.

As emendas por traspasse deverão ser executadas conforme o projeto executivo. As emendas por solda, ou outro tipo, deverão ser executadas conforme as recomendações da Norma NBR 6118. Em qualquer caso, o processo deverá ser também aprovado através de ensaios executivos de acordo com a Norma NBR 6152.

Para manter o posicionamento da armadura durante as operações de montagem, lançamento e adensamento do concreto, deverão ser utilizados fixadores e espaçadores, a fim de garantir o cobertura mínimo preconizado no projeto. Estes dispositivos serão totalmente envolvidos pelo concreto, de modo a não provocarem manchas ou deterioração nas superfícies externas.

Para a montagem das armaduras deverão ser obedecidas as prescrições do item 10.5 da Norma NBR 6118.

Antes e durante o lançamento do concreto, as plataformas de serviço deverão estar dispostas de modo a não acarretar deslocamento das armaduras. As barras de espera deverão ser protegidas contra a oxidação, através de pintura com nata de cimento e ao ser retomada a concretagem, serão limpas de modo a permitir uma boa aderência.

As fôrmas deverão ser providas de escoramento e travamento, convenientemente dimensionados e dispostos de modo a evitar deformações e recalques na estrutura superiores a 5mm. Serão obedecidas as prescrições contidas na Norma NBR 6118.

Antes do lançamento do concreto, as medidas e as posições das fôrmas deverão ser conferidas, a fim de assegurar que a geometria da estrutura corresponda ao projeto, com as tolerâncias previstas na Norma 6118. As superfícies que ficarão em contato com o concreto serão limpas, livres de incrustações de nata ou outros materiais estranhos, e convenientemente molhadas e calafetadas, tomando-se ainda as demais precauções constantes no item 9.5 da Norma NBR 6118.



As fôrmas serão mantidas até que o concreto tenha adquirido resistência para suportar com segurança o seu peso próprio, as demais cargas atuantes e as superfícies tenham adquirido suficiente dureza para não sofrer danos durante a desforma. A Contratada providenciará a retirada das fôrmas, obedecendo ao artigo 14.2 da Norma NBR 6118, de modo a não prejudicar as peças executadas, ou a um cronograma acordado com a Fiscalização.

As pequenas cavidades, falhas ou imperfeições que eventualmente aparecerem nas superfícies serão reparadas de modo a restabelecer as características do concreto. As rebarbas e saliências que eventualmente ocorrerem serão reparadas. A Contratada deverá apresentar o traço e a amostra da argamassa a ser utilizada no preenchimento de eventuais falhas de concretagem. Todos os serviços de reparos serão inspecionados e aprovados pela Fiscalização.

Satisfeitas as condições do projeto e destas Especificações Técnicas, a aceitação da estrutura se fará mediante as prescrições no item 16 da Norma NBR 6118.

#### 5.8. EXECUÇÃO DE PISO EM GRANITO (ESCADA DO ACESSO PRINCIPAL)

O granito a ser instalado nas áreas de piso da escada do acesso principal da antiga sede do fórum Autran Nunes é do padrão Cinza Prata, com 2cm de espessura, flameado, com modulação compatível com o vão existente de 4,80m.

As placas serão de procedência conhecida e idônea, com arestas vivas, faces planas, sem rachaduras, lascas, quebras e quaisquer outros defeitos. Deverão apresentar acabamento flameado e dimensões regulares, conforme o projeto.

O armazenamento e o transporte das placas serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, contato com substâncias nocivas e outras condições prejudiciais. De preferência, as placas serão guardadas em local próximo do assentamento, na posição vertical, encostadas em paredes e apoiadas sobre ripas de madeira, agrupadas por tipo e discriminação da área a que se destinam.

#### 5.9. RECUPERAÇÃO DE CONCRETO ARMADO (PILARETE E LAJES DOS FOSSOS DE VENTILAÇÃO DO SUBSOLO).

Após a delimitação da área de reparo com o disco de corte, todo o concreto deteriorado deverá ser removido e procedida à limpeza do substrato e da armadura envolvida. Deverá ser executado o tratamento das barras de aço com *primer* à base de zinco. Depois deverá ser procedida à Saturação do substrato com água limpa, deixando a superfície seca. Posteriormente aplicar-se-á a argamassa polimérica com colher de pedreiro ou desempenadeira de madeira, comprimindo-a na superfície, executando-se, após secagem parcial, o sarrafeamento e acabamento com desempenadeira metálica ou com espuma levemente umedecida.

#### 5.10. RECUPERAÇÃO DE PISO CIMENTADO (ÁREAS DE ESTACIONAMENTO)

As áreas de piso cimentado que se encontrarem deterioradas/danificadas deverão ser serem submetidas a limpeza e retirada de quaisquer resíduos que prejudiquem a ligação com o novo material que será lançado. O substrato deverá também ser umedecido 24 horas antes do lançamento do concreto.

A argamassa a ser utilizada deverá ser constituída de cimento e areia de granulometria média no traço volumétrico 1:3.



A superfície a ser obtida deverá estar nivelada com a cota do piso adjacente, sem trincas, saliências e/ou imperfeições rejeitadas pela FISCALIZAÇÃO.

#### 5.11. RECUPERAÇÃO DE REVESTIMENTO DE ARGAMASSA.

Toda a área de reboco a ser recuperada será chapiscada depois de convenientemente limpa de modo a modo a criar perfil de ancoragem para o novo revestimento. Os chapiscos serão executados com argamassa de cimento e areia grossa no traço volumétrico 1:3 e deverão ter espessura máxima de 5mm.

O reboco de cada pano de parede somente será iniciado após a completa pega das argamassas de alvenaria e chapisco. A execução do reboco será iniciada após 48 horas do lançamento do chapisco, com a superfície limpa com vassoura e suficientemente molhada com broxa. A argamassa a ser utilizada será de cimento e areia grossa peneirada no traço volumétrico 1:4 incluso aditivo impermeabilizante no caso de paredes externas. Quando especificada no projeto ou recomendada pela Fiscalização, poder-se-á utilizar argamassa pré-fabricada.

Os rebocos regularizados e desempenados, à régua e desempenadeira, deverão apresentar aspecto uniforme, com paramentos perfeitamente planos, não sendo tolerada qualquer ondulação ou desigualdade de alimento da superfície. O acabamento final deverá ser executado com desempenadeira revestida com feltro, camurça ou borracha macia. A espessura do reboco será de 15 a 20mm.

#### 5.12. CAIAÇÃO (ÁREAS EXTERNAS)

A tinta à base de cal e água com adição de fixador apropriado deverá ser aplicada sobre superfície preparada, plana, sem fendas ou buracos.

Cada demão da caiação deverá ser aplicada somente após a secagem completa da demão anterior e em direção cruzada.

#### 5.13. INSTALAÇÃO DE CALHAS DE DRENAGEM PLUVIAL NO EDIFÍCIO DOM HELDER CÂMARA

##### 5.13.1. DEMOLIÇÕES, DESMONTAGENS E RETIRADAS NO LOCAL DAS NOVAS CALHAS

Antes do início dos serviços de demolição no local das novas calhas, deverá ser feita a locação das calhas coletoras, conforme o desenho fornecido em anexo e feito o isolamento da área das obras com tela de polipropileno estruturada.

Deverá ser executado o corte linear do granito, primeiramente, em todo perímetro das calhas e posteriormente cortes transversais internos a calha, para facilitar a demolição do granito sem afetar as peças de granito vizinhas. Os cortes terão aproximadamente 3 centímetros de profundidade de modo a não atingir a manta de impermeabilização existente sobre a laje.

Após a execução de todos os cortes, proceder-se-á a demolição do granito e seu contrapiso, devendo os entulhos gerados serem carregados e encaminhados para local adequado. Na projeção das calhas existem oito ralos em PVC que deverão ser retirados, porém deixando a tubulação de esgoto DN 75mm livre para receber as águas pluviais das calhas coletoras a serem executadas.

As demolições/retiradas deverão ser executadas com o máximo de cuidado de modo a produzir o menor impacto possível, observando, sobretudo, os aspectos estruturais.



### 5.13.2. PISO

Uma vez retirado o piso de granito e seu contra piso será regularizado o fundo da calha com argamassa de cimento e areia no traço 1:4. Antes da regularização, deverá ser feito teste de estanqueidade, para verificar a preservação da integridade da manta asfáltica existente. O fundo da calha (regularização com argamassa) terá declividade não inferior a 0,5%, permitindo o encaminhamento das águas pluviais para a posição dos ralos existentes.

Regularizada e impermeabilizada a calha coletora o canal será coberto com placa vazada de piso multiuso novel ou similar na cor cinza feito em polietileno de alta densidade aditivado contra ação de raios solares, resistência a temperatura até 90°C, dimensões (C x L x A) 500 x 250 x 25mm, resistência estática de 21 toneladas por metro quadrado, com orifícios não superiores a 1centimetro quadrado. As laterais e o fundo da calha deverão permitir a colocação apoiada das placas de polietileno, de modo que estas fiquem perfeitamente niveladas com o piso do entorno.

Deverão ser disponibilizadas pela empresa executante 4 placas adicionais, para reposição eventual e futura por parte do Setor de Manutenção do prédio.

### 5.13.3. IMPERMEABILIZAÇÃO

Após o teste de estanqueidade e a regularização com argamassa do fundo da calha, deverá ocorrer a impermeabilização da calhas com manta asfáltica auto-adesiva, com especial atenção ao contorno dos tubos de PVC de 75mm dos drenos.

### 5.14. PISO EM ALUMÍNIO (RAMPA DE ACESSO À ANTIGA SEDE DO FÓRUM)

Toda a pavimentação da passarela e as placas de borracha da rampa e da escada da ante-sala serão substituídas por chapas em alumínio, do tipo antiderrapante, com ranhuras em alto relevo, em forma de xadrez e espessura de 2,7mm.

Após a retirada das chapas de aço da passarela, serão implantados com solda elétrica perfis em aço do tipo (U) dimensões de 4"X2"X1/8" entre os perfis transversais existentes, de forma que o espaço entre eles seja de 25cm conforme detalhe em anexo.

As áreas e os perfis existentes que apresentarem oxidação serão recuperados antes da fixação das novas chapas de piso.

Toda a pavimentação de granito sob a passarela será protegida com assoalho de madeira, durante os serviços de recuperação da passarela.

As chapas de alumínio serão fixadas com auxílio de rebites em alumínio com espessuras e alturas apropriadas, de forma a garantir a total estabilidade das peças.

### 5.15. PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO (GRADIS, CORRIMÃOS E VIGAS DA RAMPA DE ACESSO)

A superfície que receberá a pintura deverá ser lixada com lixa nº 100 (ferro) de modo a criar perfil de ancoragem para a nova tinta.

Aplicar na base limpa, sem ferrugem, uma demão de tinta anti-corrosiva ou *primer* anti-oxidante (zarcão epóxi) na cor marrom, de conceituado fabricante, devendo ser observado um intervalo mínimo de 24 horas até a aplicação das próximas demãos de esmalte sintético na cor preto fosco. No dia da aplicação do *primer*, a FISCALIZAÇÃO deverá ser comunicada para que constate a perfeita execução deste serviço.

#### 5.16. PINTURA LÁTEX ACRÍLICA

As paredes internas das áreas de circulações comuns e da caixa de escada deverão ser pintadas com tinta látex (PVA) na cor branca neve em uma demão sobre as superfícies previamente limpas e corrigidas de eventuais defeitos.

Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

#### 5.17. PINTURA COM TEXTURA ACRÍLICA

Após a correção/limpeza da superfície de aplicação e adequado lixamento, as paredes externas serão pintadas com textura acrílica, na cor padrão atual existente.

Deverão ser obedecidas rigorosamente as orientações do fabricante quanto ao procedimento de preparação da superfície, aplicação e secagem da tinta.

#### 5.18. LIMPEZA GERAL

A limpeza geral compreende a manutenção da área de trabalho (circulações utilizadas, acessos e depósitos), com regular remoção de entulhos (carga, transporte e descarga) para local autorizado pelos órgãos competentes, e limpeza grossa e fina nas áreas de intervenção e nas circulações e acessos utilizados. Inclui ainda, a limpeza final quando da entrega dos serviços.

É fundamental que o CONTRATADO mantenha todos os setores do serviço permanentemente limpos, dada sua característica, ou seja, readequação em ambientes que serão mantidos em funcionamento durante os serviços. Também deverá ser considerado a remoção periódica de entulho, devendo a caçamba, quando necessária, ficar posicionada em local a ser definido pela FISCALIZAÇÃO.

O CONTRATADO deverá providenciar o isolamento das áreas de trabalho com tapumes de chapas de compensado de madeira com 6mm de espessura e lonas plásticas, de forma a garantir a segurança dos usuários do prédio, evitar danos e minimizar a propagação de ruído, odores e pó para os setores em utilização.

Importante ressaltar que, após a conclusão dos serviços, o Tribunal deverá receber as instalações físicas em toda a sua extensão em perfeito estado de uso, inclusive com a revisão completa das instalações, perfeita aplicação de materiais de acabamento, execução de pintura e limpeza final da área de intervenção.

Na medida em que as etapas do serviço forem sendo concluídas, o CONTRATADO deverá providenciar sua limpeza, a fim de que possam ser vistoriadas pela FISCALIZAÇÃO e, caso considerado entregues, colocadas em funcionamento.



## ANEXO II

### RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

#### 1 - VISÃO GERAL



Foto 1 – Imagem aérea da situação geral do prédios que fazem parte do objeto do presente processo: na parte inferior, a antiga sede do Fórum Autran Nunes e na parte superior, o Edifício Dom Helder Câmara (Fonte: *Google Earth*, 2010).



## 2 - FÓRUM AUTRAN NUNES



Foto 2.1 – Fachada do Fórum Autran Nunes, seus gradis e corrimões a serem pintados.



Foto 2.2 – Paredes do limite oeste do terreno a serem caiadas.



Foto 2.3 – Pilarete de concreto armado a ser recuperado.



Foto 2.4 – Piso cimentado deteriorado a recuperar.



Foto 2.5 – Laje de concreto armado de fosso do subsolo a recuperar.



Foto 2.6 - Paredes do limite oeste do terreno a serem caiadas e calçadas a serem recuperadas.



Foto 2.7 – Escada de acesso principal a recuperar e a receber corrimão central.



Foto 2.8 – Rampa de acesso principal a receber piso de alumínio novo.

### 3 - EDIFÍCIO DOM HELDER CÂMARA



Foto 3.1 – Parede externa do limite oeste do terreno que terá pintura recuperada.



Foto 3.2 – Parede externa do limite sul do terreno que terá pintura recuperada.



Foto 3.3 – Paredes do terraço que terá reboco e pintura recuperados.

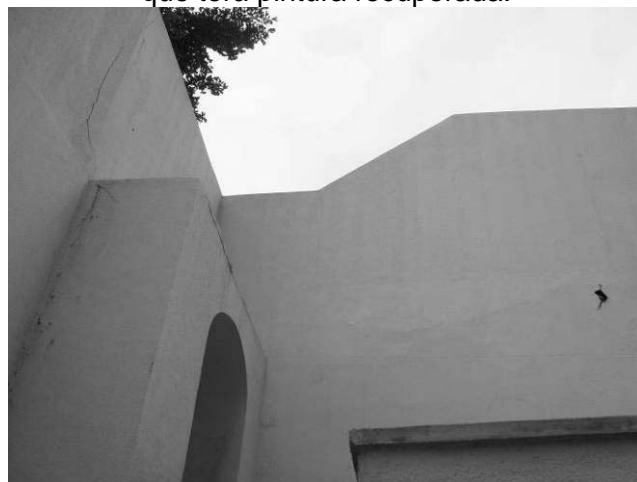


Foto 3.4 – Regiões de paredes com trincas e reboco a ser recuperado.





Foto 3.5 – Formato da caixa de escada a ter pintura recuperada (1º ao 8º pavimentos, quando necessário).



Foto 3.6 – Paredes de circulações comuns a terem pinturas recuperadas (1º ao 8º pavimentos, quando necessário).



Foto 3.7 – Paredes de circulações comuns a terem pinturas recuperadas (1º ao 8º pavimentos, quando necessário).



Foto 3.8 – Sala de audiências a receber pintura e “bate-macas”.



## ANEXO III

### DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto nas condições do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, que eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF(MF) nº \_\_\_\_\_, Representante da Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_ como seu(ua) representante legal para os fins da presente declaração, compareci aos edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Fórum Autran Nunes) e vistoriei os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e peculiaridades existentes, bem como de todas as implicações técnicas e financeiras dos serviços a executar.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Representante da empresa)

Visto:

\_\_\_\_\_  
Representante do TRT

Observação:

- 1) Emitir em papel que identifique o licitante.
- 2) O licitante deverá trazer duas vias.



## ANEXO IV

### MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS\* INCIDENTES SOBRE MÃO-DE-OBRA HORISTA

FONTE: SINAPI /CEF

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	HORISTA (%)
	<b>GRUPO A</b>	
A1	INSS	20,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES TRABALHO	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	SECONCI	1,00%
A	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	37,80%
	<b>GRUPO B</b>	
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO	17,9%
B2	FERIADOS	4,48%
B3	AVISO PRÉVIO	12,82%
B4	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,77%
B5	13º SALÁRIO	10,33%
B6	LICENÇA PATERNIDADE	0,06%
B7	AUSÊNCIAS ABONADAS/DIAS DE CHUVA	2,46%
B	TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIAS DE A	48,82%
	<b>GRUPO C</b>	
C1	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	5,95%
C2	FÉRIAS (INDENIZADAS)	13,77%
C	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDÊNCIAS GLOBAIS DE A	19,72%
	<b>GRUPO D</b>	
D1	REINCIDÊNCIAS DE A SOBRE B	18,45%
D	TOTAL DAS TAXAS INCIDÊNCIAS E REINCIDÊNCIAS	18,45%
	<b>TOTAL (A + B + C + D)</b>	<b>124,79%</b>

\*O orçamento elaborado por este Tribunal baseou-se no conteúdo desta planilha.



## ANEXO V

### MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS\* (BDI)

ITEM	PORCENTAGEM
GARANTIA / RISCO / SEGURO	1,39%
DESPESAS FINANCEIRAS	0,89%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	6,07%
<b>CUSTOS INDIRETOS (A)</b>	<b>8,35%</b>
LUCRO	8,00%
<b>LUCRO BRUTO (B)</b>	<b>8,00%</b>
COFINS	3,00%
ISS	5,00%
PIS	0,65%
<b>TRIBUTAÇÃO (C)</b>	<b>8,65%</b>
<b>BDI (A + B + C)</b>	<b>25,00%</b>

*\*O BDI adotado por este Tribunal baseou-se no conteúdo desta planilha.*

Serão requeridos dos licitantes a demonstração das **Composições de Custos Unitários** de cada item de serviço.

É igualmente necessário, o preenchimento da planilha modelo de **Encargos Trabalhistas**, no entanto, os itens constantes nessa planilha não são exaustivos, logo, a planilha a ser apresentada deverá ser aquela que corresponde aos encargos da empresa licitante.

O **BDI**, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá estar apresentado à parte, ao final da planilha, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI com base na tabela apresentada acima, levando em conta que nesta taxa deverão estar considerados, além dos impostos, as despesas indiretas não explicitadas na planilha orçamentária e o lucro.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ENGENHARIA

## **ANEXO VI**

### **PEÇAS GRÁFICAS**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ENGENHARIA



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO  
DIVISÃO DE ENGENHARIA

## **ANEXO VI**

### **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**